



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudos Preliminares

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CARREGADOR

Agosto / 2019



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

1. OBJETIVOS

1.1. O presente documento tem por objetivo realizar os Estudos Preliminares para a contratação de Serviços de Carregador, a ser prestado sob o regime de execução indireta, envolvendo atividades de movimentação, manuseio, carga e descarga de bens móveis, duráveis ou de consumo, para atender as necessidades da Administração Central do INSS em Brasília - DF.

1.2. Este serviço será auxiliar às atividades meio do órgão e tem a finalidade de suprir as necessidades de ausência, no quadro de servidores do INSS, de cargos que foram extintos através da Lei nº 9.632 de 7 de maio de 1998, no âmbito do quadro geral de pessoal do governo federal, a exemplo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, que dentre as diversas atribuições exercidas incluía as atividades de Carregador.

1.3. A contratação deverá ser realizada através de licitação na modalidade de pregão eletrônico em conformidade com as legislações e normas em vigor, para atender as justificativas formuladas no Documento de Formalização da Demanda - DFD, nas quantidades e demais condições de execução a serem estabelecidas no corpo deste planejamento, bem como no termo de referência.

1.4. Este estudo preliminar objetiva, ainda, atender os artigos 19 a 27 da Instrução Normativa nº 05/SEGES/MP, de 26 de maio de 2017.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios poderão ser objeto de execução indireta, mediante contratação, nos termos das normas e legislação em vigor, desde que observadas as vedações impostas pelo art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

2.2. A Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, de 25 de maio de 2017, que trata de atividades que poderão ser objeto de terceirização, assim estabelece:

"Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.

§ 1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998."



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

2.3. No caso, as diversas atividades exercidas pelos cargos efetivos no âmbito dos órgãos da Administração Pública Federal tornaram-se extintos através da Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998, incluindo os correlatos a Auxiliares Operacionais de Serviços Diversos, conforme o Anexo I que trata de rol dos cargos extintos, conforme veremos abaixo:

Art.1º Os cargos vagos integrantes da estrutura dos órgãos e entidades relacionados no Anexo I desta Medida Provisória ficam extintos, e os cargos ocupados, constantes do Anexo II, passam a integrar Quadro em Extinção.

Art. 2º As atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção, constantes dos Anexos desta Lei, poderão ser objeto de execução indireta, conforme vier a ser disposto em regulamento.

2.4. Além da previsão legal acima, justifica-se, inclusive, a terceirização desta atividade que há algum tempo já vem sendo objeto de contratação no âmbito do INSS em nível nacional.

2.1 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1.1. Por tratar-se de serviço contínuo, a contratação dos serviços de carregador/estiva visa atender às necessidades da Administração Central do INSS, uma vez que não se dispõe de servidores do quadro, necessitando, dessa forma, serem desenvolvidos por empresas prestadoras de serviços.

2.1.2. A pretensa contratação visa substituir o atual Contrato nº 08/2015, celebrado através do processo nº 35000.001425/2014-24, junto a empresa RDJ - ASSESSORIA E GESTAO EMPRESARIAL LTDA, , que não poderá mais ser prorrogado por atingir o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

2.1.3. O serviço em questão será prestado de forma indireta e contínua, em conformidade com a legislação que disciplina tal matéria.

2.1.4. O art. 3º, § 1º, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que regulamenta a contratação de serviços de administração pública federal, assim estabelece:

“Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.”(grifo nosso)

2.1.5. O Serviço de Carregador no âmbito do INSS se enquadra como um serviço de atividades auxiliares ou acessórias ou complementares às atividades meio do órgão, e a IN/SEGES/MP nº 05/2017 que regulamentam os procedimentos para a terceirização dos serviços dá o amparo legal para a presente contratação, o que vem suprir esta deficiência constatada no âmbito do INSS há alguns anos.

2.1.6. Aludida contratação será processada em conformidade com as determinações e diretrizes contidas na Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17.07.2003, Decreto nº 10.024, de 20.09.2019 e Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 25.05.2017, que regulamentam os procedimentos para a terceirização de serviços.

2.1.7. A Contratação deste serviço deverá ser realizada mediante realização de licitação na modalidade Pregão, realizada sob a forma Eletrônica, visando ampliar o grau de competitividade do certame, em atendimento ao Decreto nº 10.024/2019, em seu § 1º do artigo 1º, considerando que o serviço de carregador ou estiva se classifica como serviço comum.

2.1.8. Atualmente esta Administração Central possuem 06 (seis) Postos de Carregadores, sendo 01 (um) profissional para cada posto de serviço. Justificam-se as quantidades atualmente contratada, por considerar-se satisfatória, e também ideal para que esta atividade possa ser executado a contento, com segurança, baixo riscos, e sem o auxílio ou interferência de terceiros.

2.1.9. A contratação se estenderá por mais de um exercício financeiro, considerando que a sua interrupção comprometerá a continuidade das atividades precípuas do INSS, pelo que está perfeitamente enquadrado como serviço de natureza continuada, na forma estabelecida no Art. 57,



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Inciso II da Lei nº 8.666/1993).

2.1.10. O serviço a ser contratado se enquadra na classificação de SERVIÇOS COMUNS, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado (art. 1º, § único da Lei 10.520, de 17.07.2002, e art. 3º, inciso II do Decreto 10.024, de 20.09.2019). Também não se enquadra nas vedações estabelecidas no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades auxiliares às atividades meio deste órgão, e não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos.

2.1.15. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 7º do Decreto nº 9.507/2018 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

2.1.16. A definição do período de duração do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, com base no Inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93, que trata dos serviços executados de forma contínua, os quais podem ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até 60 (sessenta) meses.

2.1.17. De acordo com o Acórdão TCU nº 1.196/2006 – Primeira Câmara, a caracterização da natureza continuada do contrato depende da necessidade deste serviço para a Administração. Por sua vez, as atividades desta Administração Central, que dependem de movimentação de materiais e volumes em geral, guardam direta correspondência com os serviços auxiliares às atividades meio e fins do órgão, demonstrando de forma inequívoca que o objeto deste Planejamento de Contratação possui típica natureza de serviços contínuos, destinada à obtenção de uma utilidade e não uma contratação de uma só vez ou parceladamente.

2.1.18. Para melhor elucidação, transcrevemos abaixo parte do Acórdão nº 1196/2006 – Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União:

“2.1.2 Análise: De acordo com a Lei de Licitações e Contratos, a regra para duração dos contratos administrativos é que tais ajustes não podem ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários. Todavia, há exceções, entre elas a prevista no inciso II, do Art. 57 da referida Lei, que trata dos serviços executados de forma contínua, os quais podem ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para Administração, não podendo exceder o limite de 60 meses.

2.1.3 Conclui-se, portanto, que, antes de qualquer análise, é importante definir se o serviço em questão é considerando de natureza continuada. Tanto os doutrinadores, quanto as decisões deste Tribunal deixam claro que tal caracterização não depende do serviço em si, mas da necessidade desse serviço para administração. Toshio Mukai, em sua obra 'As alterações na Lei de Licitações – Boletim de Licitações e Contratos', ensina que os serviços de execução contínua 'são aqueles que, por natureza, devem ser realizados continuamente, ou seja, cuja paralisação acarretará prejuízos ao bom andamento das atividades do órgão/entidade'.

2.1.19. No que concerne à natureza do objeto da presente contratação, temos que este não implica em criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, não se aplicando, portanto, o art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

2.1.20. Por fim, a contratação pretendida representa ação que colabora com as iniciativas previstas no plano de ação, por meio da qual se busca alcançar os objetivos estratégicos institucionais, especialmente no que concerne à busca incessante pela melhoria do atendimento à população, objetivo primordial do Planejamento Estratégico do INSS.

2.2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO:

2.2.1. A pretensa contratação se mostra consonante como o Planejamento Estratégico do INSS, cujas ações constantes do seu Mapa Estratégico para o quadriênio 2016 – 2019, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 554/PRES/INSS, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016, prevê ações de MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, com a Modernização da Rede de Atendimento e OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS, com o aperfeiçoamento da aplicação dos recursos disponíveis.

2.3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Requisitos Legais:



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Leis Federais:

Lei nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;

Decretos:

Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das sociedades de economia mista controladas pela União;

Decreto nº 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal; e

Decreto nº 9.507/2018: Regulamenta a contratação de serviços de administração pública federal;

Instruções Normativas

Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;

Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018: Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito do Poder Executivo Federal;

2.3.1. Requisitos da área demandante:

Solicitar a abertura de procedimento administrativos com vista à contratação de Serviços de Carregador no âmbito da Administração Central do INSS, conforme as justificativas apresentadas, os parâmetros e as quantidades estabelecidas e a indicação dos membros que irá compor a Equipe de Planejamento da Contratação, no Documento de Formalização de Demanda - DFD.

2.3.2. Requisitos para contratação

A contratação deverá ser realizada por meio de licitação pública através da modalidade de pregão eletrônico, onde a escolha da proposta mais vantajosa deverá recair à empresa participante que ofertar a proposta de menor preço, desde que atendida todas as exigências do edital relacionadas à formulação e aceitação da proposta e as exigências de habilitação.

2.3.3. Requisitos para execução do serviço

De acordo com a exigência aposta no § 2º do artigo 7º da IN/SEGES nº05, de 26/05/2017 o enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas na contratação, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), são as seguintes:

CBO: 7832-20 – Estivador

CBO: 4101-05 – Encarregado

A prestadora de serviço deverá observar todas as recomendações e orientações dos gestores indicados pelo INSS, das normas de segurança e de vigilância do INSS, do sigilo das informações, segurança do trabalho, e etc.

2.3.4. Requisitos temporais

O prazo de início de execução do objeto da pretensa contratação será estabelecido



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

no contrato a ser firmado, com vigência pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis até 60 (sessenta) meses.

2.3.5. Requisitos de experiência profissional

A empresa contratada deverá selecionar e manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, profissionais com aptidão física em quantidades necessárias para atender a demanda do INSS e com experiência na execução de serviços de estiva.

2.3.6. Requisitos de representação

A empresa contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante formalmente designado, que se responsabilizará pela administração e coordenação de seus empregados alocados ao contrato, que será o preposto da empresa para representá-la perante a Administração.

2.3.7. Requisitos de metodologia de trabalho

Os empregados da contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado, observando as normas, obrigações descritas no contrato e as rotinas determinadas pelo INSS e orientações do preposto da empresa contratada.

2.3.8. Requisitos de critérios e práticas de sustentabilidade

2.3.8.1. A contratada deve adotar práticas de gestão voltadas para a sustentabilidade.

2.3.8.2. É dever de a contratada orientar seus empregados sobre a prevenção e o controle de riscos, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

2.3.8.3. É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

2.3.8.4. A contratada deverá fornecer os EPIs, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados.

2.3.8.5. A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

2.3.8.6. É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

2.3.9. Demais requisitos da contratação

Todos os demais requisitos da contratação, como: objeto do contrato, descrição dos serviços, prazo de vigência, preços, condições de pagamentos, obrigações entre as partes, fiscalização dos serviços, e sanções administrativas serão detalhadas no termo de referência e contrato a ser firmado.

2.4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULOS E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE:

2.4.1. Os quantitativos de serviços necessários para suprir as necessidades da futura contratação, são as seguintes:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Serviço de Carregador, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 1 (um) Encarregado.	Posto	01
Serviço de Carregador, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, envolvendo 1 (um) Carregador por posto de serviço.	Posto	06

2.4.2. A quantidade de 01 (um) posto de Encarregado e 06 (seis) postos de trabalho de Carregador estabelecidos, com dedicação de mão de obra exclusiva, se mostra adequada às necessidades atuais desta Administração Central do INSS. As quantidades acima se justificam de acordo com as responsabilidades e demanda dos serviços atualmente contratados.

2.5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SERVIÇO A CONTRATAR:

2.5.1. Nas pesquisas de mercado realizada no portal Comprasgovernamentais, por meio de Painel de Preços e Comprasnet, através de licitações concluídas observamos que para contratações de serviços semelhantes através de execução indireta é prática realizada no âmbito da



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Administração Pública Federal, razão pela qual se justifica a contratação através de postos de serviços por ser a melhor escolha às efetivas necessidades desta Administração do INSS.

2.6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS:

2.6.1. Estima-se a pretensa contratação no valor mensal estimado de R\$ 31.215,94 (trinta e um mil duzentos e quinze mil e noventa e quatro centavos) e global estimado R\$ 374.591,30 (trezentos e setenta e quatro mil quinhentos e noventa e um reais e trinta centavos) para o período de 12 (doze) meses, cujas pesquisas de preços de todos os insumos encontram-se juntado nos autos.

2.6.1.1. Os valores acima foram obtidos através da Planilha de Custos e Formação de Preços, elaborada nos moldes do contido no Anexo VII-D da IN/SEGES/MPOG/05, de 26 de maio de 2017;

2.6.2. Os preços estimados encontram-se compatíveis com a média dos preços praticados no âmbito dos órgãos da administração pública federal, através do site: <https://www.comprasnet.gov.br>.

2.6.2.1. Ressaltamos que as pesquisas de preços praticados nos órgãos, conforme o resumo de fl. 08, foram feitos através do Painel de Preços, nos termos do art. 2º da IN SLTI/MP nº 05, de 27 de junho de 2014 e complementarmente através do Comprasnet com base nas últimas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal, conforme as informações do Servidor responsável pela pesquisa.

2.7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

2.7.1. A solução escolhida atende plenamente as necessidades do órgão estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades de demanda do INSS.

2.7.2. A contratação pretendida será objeto de execução indireta, em conformidade com a legislação que disciplina a matéria, dando continuidade aos serviços executados atualmente através do Contrato nº 08/2015.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

2.8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO:

2.8.1. A licitação deverá ser adjudicada a uma única empresa por tratar-se de contratação de um único serviço, na mesma localidade, onde as quantidades licitadas são mínimas e o parcelamento do objeto prejudicará na execução dos serviços.

2.10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

2.10.1. Em Termos de Economicidade:

A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à contratação dos serviços em questão, executável por empresa do ramo, somente poderá ser obtida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante certamente será o "Menor Preço". Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro necessariamente a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pela(s) empresa(s), cuja escolha recairá naquela que cotar o menor preço.

2.10.2. Melhor Aproveitamento de Recursos:

a) Recursos Humanos: O INSS não possui no quadro de servidores a categoria profissional exigido para a função de estiva ou de cargos correlatos.

b) Recursos Financeiros: Os recursos necessários à execução dos serviços a serem contratados, deverão estar previstos no Orçamento Geral da União para o exercício de 2020, a cargo do Tesouro Nacional. Para os exercícios subsequentes, serão assegurados recursos nos respectivos Orçamentos da União.

2.11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO:

2.11.1. Para a pretensa contratação não haverá necessidade de adequação do ambiente onde os serviços serão realizados, uma vez que o INSS já dispõe de local apropriado para abrigar os estivadores no exercício de suas funções, bem como instalações sanitárias e vestiários



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

com armários para os seus funcionários.

2.11.2. O INSS nomeará servidores para atuarem como Gestor e Fiscal nos termos da IN/SEGES/MP nº 05/2017, para atuação na gestão e fiscalização contratual, além de outros atores ou substitutos que julgar necessários à perfeita execução do objeto destes Estudos Preliminares.

2.12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

2.12.1. Para a execução do objeto desta licitação não necessita de demais contratações correlatas.

2.13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.13.1. Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação configura-se técnica e economicamente VIÁVEL.